



USP ESALQ – ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Veículo: A Tribuna Piracicabana

Data: 11-03-08 (terça-feira)

Caderno/ Páginas: Cidade / A4

Assunto: Construção de ETE no Monte Alegre é adiada

Construção de ETE no Monte Alegre é adiada

Com laudo de professores da Esalq, moradores do bairro afirmam que local escolhido para Estação de Tratamento é de proteção ambiental

Os moradores do Monte Alegre conseguiram adiar a Estação de Tratamento (ETE) que será construída no bairro, numa parceria entre os proprietários do "Residencial Monte Alegre" e o Serviço Municipal de Água e Esgoto de Piracicaba (Semae). Agora o futuro da obra depende de decisão judicial, uma vez que ela foi embargada por pedido do Ministério Público (MP). A audiência pública, que aconteceu sexta-feira na Câmara dos Vereadores para tratar do assunto, ao invés de levar a um consenso, serviu apenas para reforçar a tese de que o local escolhido para a instalação do projeto não é o mais adequado, como alegava a comunidade ao afirmar que havia ali 'antigamente' uma bica, o que configuraria área de preservação ambiental.

De acordo com o empresário Wilson Guidotti Júnior (Balu), em nenhum momento houve a intenção de prejudicar o meio ambiente com o empre-

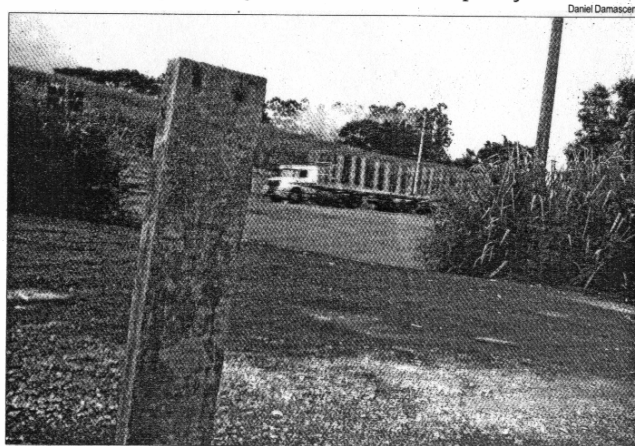
endimento. "Muito pelo contrário. A ETE era para ser bem pequena, dentro do residencial e atender somente o condomínio. Com a água tratada pretendíamos cuidar do jardim. Mas quando o Semae ficou sabendo da iniciativa, propôs parceria para ampliação do projeto, que passaria a beneficiar todo o bairro e o meio ambiente, uma vez que os resíduos domésticos do Monte Alegre ainda são jogados no rio Piracicaba. E nós aceitamos", conta Balu. "Talvez essa não tenha sido a melhor escolha", observou.

Balu disse ainda que o ponto determinado para a ETE foi indicado por especialistas, que se pautaram pelas leis ambientais, e o projeto só avançou depois de constatar que se tratava de uma área aterrada e segura. "Confrontamos fotos aéreas antigas, de 1930, 1940, e percebemos que ali não havia nada que pudesse comprometer o empreendimento. Tanto é que o projeto foi aprovado

pelo Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais (PRN) e pelos demais órgãos responsáveis do município e do governo estadual".

Quem deu suporte técnico aos reclamos da comunidade foram os professores Paulo Yoshio Kageyama e Walter Paula Lima, titulares do Departamento de Ciências Florestais da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq). O primeiro, especialista em matas ciliares. O segundo, em hidrologia. Eles deram pareceres técnicos que contestam o laudo do DPRN.

"Quando a comunidade nos chamou e disse que a área escolhida para a ETE era uma bica e lavanderia dos antigos moradores, resolvemos checar cientificamente. Logo abaixo de onde foi aterrado há um lençol freático raso, com água aflorando. As plantas existentes são de local alagado. Todos esses elementos confirmam que a área foi uma mina e com o aterramento a água



ETE Monte Alegre está em cima de lençol freático, de acordo com professores

teve que sair por outro local e saiu abaixo", explica o professor.

Kageyama contou ainda que eles analisaram fotos aéreas do local, que estão no banco de imagens da Esalq, tiradas em 2005, pouco antes do início do

empreendimento. "São imagens obtidas de altura de mil metros, com feixes de luz ultravermelho. Com essa técnica conseguimos identificar áreas de maior umidade e áreas secas. E comprovamos que se trata de uma área

muito úmida, o que confirmou a suposição de ser ali uma nascente". O professor acredita que a decisão do DPRN foi política e não técnica. "Demos o nosso parecer contrário. Mas cabe ao juiz decidir", enfatizou.